



# MUNICÍPIO DO BARREIRO

## ASSEMBLEIA MUNICIPAL

---

### **DELIBERAÇÃO** **Nº 13/2013**

Reunião ordinária da Assembleia Municipal  
Realizada em 29 de Abril de 2013

### **M O Ç Ã O**

### **PELA DEFESA DOS SERVIÇOS PÚBLICOS**

O atual Governo PSD/CDS com o total apoio do PS, tem vindo a executar um ataque cerrado aos serviços públicos, constitucionalmente consagrados e de legítimo direito a uma sociedade justa, igualitária e desenvolvida.

O direito ao Trabalho, à Educação, à Saúde, à Habitação, à Cultura, à Água e tantos outros têm sido o alvo escolhido para justificar cortes cegos, num total alheamento das condições de vida das populações e prejudicando a sua qualidade de vida, e numa clara subserviência a uma troika estrangeira.

Este é um Governo de cortes, de privatizações, de retirada de direitos. Aniquilam-se freguesias, despedem-se trabalhadores, encerram-se serviços públicos de proximidade com as populações, abandonam-se estas e privatiza-se a sua qualidade de vida e os seus direitos.

No concelho do Barreiro, o encerramento da estação dos Correios da Quinta Grande é mais um grave ataque deste Governo aos serviços públicos de maior proximidade.

Os CTT – Correios de Portugal, S.A., são a única entidade que pode prestar um serviço integrado de qualidade, porque possuem uma estrutura nacional de atendimento, tratamento, transportes, distribuição e serviços financeiros. Todos os cidadãos têm direito a ter uma estação de correio dos CTT o mais perto possível da sua residência, como determinado pela Constituição da República Portuguesa e pela Lei de Bases do Serviço Postal.

A estação de correios da Quinta Grande é a maior do concelho, com maior volume de negócios, de trabalhadores, e serve os habitantes e os comerciantes das Juntas de Freguesia da Verderena e do Alto do Seixalinho, abrangendo uma grande área populacional. É também amplamente servida pela rede dos Transportes Colectivos do Barreiro, possui facilidade de estacionamento, acesso a pessoas com mobilidade reduzida, o que representa uma mais-valia para toda a população, desde a mais idosa, até aos comerciantes/industriais.

É mais uma cega decisão deste Governo, que vem prejudicar gravemente a população do Barreiro, sendo uma decisão apenas assente em medidas de carácter financeiro, numa obediência de cortes cegos, à qual toda a população, autarquia e juntas de freguesia do Barreiro se manifestaram fortemente, contra mais esta machadada num serviço público de qualidade prestado à população.

E não será só a estação de correios da Quinta Grande que o Governo juntamente com a Administração dos CTT pretende encerrar, serão sim mais de 200 em todo o país, para depois entregar ao privado um serviço público que no ano de 2012 apresentou mais de 51 milhões de euros de lucros.

No caso da água, o negócio da privatização é apresentado falsamente como forma de melhorar os serviços, atrair capitais, modernizar a gestão pública, mas o que se verifica e em exemplos infelizmente já comprovados no nosso país, é exactamente o inverso, num processo marcado pela crescente promiscuidade entre público e privado, pela opacidade, a corrupção e a perda de direitos.

E num processo megalómano, já iniciado, o Governo tudo fará para concentrar as actuais 19 empresas do Grupo Águas de Portugal, em quatro ou cinco mega empresas, preparando já o caminho para uma futura privatização.

É sempre importante lembrar que em Portugal, os enormes progressos alcançados ao longo dos anos resultaram de avultados investimentos de dinheiros públicos, com apoios de fundos comunitários, pelo que a entrega aos privados deste sector fundamental para a economia nacional, será mais um caso em que o sector público assegura o grosso dos investimentos necessários, para em seguida o sector privado lucrar com os investimentos feitos com o dinheiro de todos nós.

Ao mesmo tempo, o Governo vai igualmente avançando com o processo de privatização do sector dos resíduos, através da venda da EGF, sem qualquer respeito pelos trabalhadores ao seu serviço, num sector também ele fundamental ao desenvolvimento do país e um factor essencial para a

preservação e conservação do meio ambiente, para a coesão social e económica, para a saúde pública e a qualidade de vida das populações. É por todas estas razões que o sector das águas e dos resíduos se deve manter na esfera pública e não transformado num negócio.

Hoje, o Governo vai preparando o aumento dos preços e tarifas, tanto da água e saneamento como nos resíduos, cujo peso é cada vez maior nos orçamentos municipais, no bolso dos cidadãos e das pequenas e médias empresas, como forma de tornar o sector mais lucrativo e apetecível aos interesses privados, os quais vão já avisando que as dívidas das autarquias às empresas terão de ser resolvidas a montante da privatização, ou seja, pelo Estado.

No caso do saneamento, este aumento consta já num despacho da Ministra do Ambiente recentemente publicado, e que impõe um aumento de cerca de 7% na tarifa de saneamento básico aplicada pelos sistemas multimunicipais aos municípios.

Convém sublinhar que estas dívidas resultam na sua maioria, de casos de preços incomportáveis impostos aos municípios para pagar sistemas cujas soluções e projectos se revelaram completamente desfasados das realidades locais, além do facto de que alguns municípios, como é o caso do Barreiro, procuram ainda assim praticar preços sociais, evitando penalizar mais as populações numa altura em que o país atravessa a actual e profunda crise económica.

No passado dia 19 de Abril foi dado mais um passo deste Governo para a privatização dos sectores das águas e resíduos, com a aprovação da 2ª alteração à Lei n.º 88-A/97, de 25 de Julho, que regula o regime de acesso da iniciativa económica privada a determinadas actividades económicas, a chamada Lei de Delimitação de Sectores, cuja aprovação vem extinguir os poucos sectores que permaneciam fechados à iniciativa privada, podendo ser agora totalmente privatizados.

São medidas tomadas que têm por base apenas soluções económico – financeiras irreais, e que levam a uma retirada total dos serviços públicos e dos direitos às populações.

**Assim, a Assembleia Municipal do Barreiro, tendo isso em conta, reunida no dia 29 de Abril de 2013, decide:**

1 – Afirmar-se contra o encerramento da estação de correios da Quinta Grande, como importante serviço público para a população do concelho do Barreiro e condenar o encerramento previsto desta estação, amanhã, dia 30 de Abril.

2 – Manifestar a sua total oposição à intenção do Governo de privatização da água em todas as suas componentes, em particular no que se refere aos sistemas de abastecimento e saneamento, através da venda do Grupo Águas de Portugal.

3 – Exigir a assunção de políticas pelo Governo que promovam a prestação de serviços públicos de qualidade às populações e a participação fundamental dos órgãos competentes das autarquias locais nos processos de decisão em relação às políticas das empresas do Grupo Águas de Portugal em que são participantes, na real consagração da democratização de serviços públicos essenciais.

4 – Exigir a manutenção das empresas do sector dos resíduos, na esfera pública, reclamando o cessar imediato do processo de privatização da EGF.

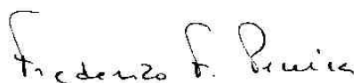
5 – Participar em todas as formas de luta que visem combater a actual estratégia de destruição dos serviços públicos.

6 – Saudar a participação do município do Barreiro nas comemorações populares do 39º aniversário do 25 de Abril, numa clara demonstração de que o concelho do Barreiro vai continuar a lutar pela defesa dos serviços públicos.

7 – Dar conhecimento da presente moção à Assembleia da República e a todos os Grupos Parlamentares.

**Aprovado por maioria, com 17 votos a favor da CDU, 10 votos contra do PS e do PSD e 4 abstenções do PS e do BE.**

**O Presidente da Assembleia Municipal**



**Frederico Pereira**